

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O REINO DA
ESPANHA RELATIVO À TROCA E PROTEÇÃO MÚTUA DE
INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS**

A República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha
Doravante denominados "Partes",

Reconhecendo a necessidade de garantir a segurança das Informações Classificadas trocadas no âmbito de instrumentos de cooperação ou contratos celebrados entre as mesmas, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas; e

Desejando estabelecer um conjunto de regras e procedimentos sobre segurança de Informações Classificadas em conformidade com o ordenamento jurídico da República Federativa do Brasil e do Reino de Espanha;

Acordam o seguinte:

Artigo 1

Objeto e âmbito de aplicação

1. O presente Acordo estabelece regras e procedimentos para a segurança de Informações Classificadas trocadas entre as Partes, suas pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas.
2. Nenhuma das Partes poderá invocar o presente Acordo com o objetivo de obter Informação Classificada que a outra Parte tenha recebido de uma Terceira Parte.

Artigo 2 Definições

Para efeitos do presente Acordo:

- a) **“Autoridade Nacional de Segurança – ANS”** designa a autoridade indicada pelas Partes para a implementação do presente Acordo;
- b) **“Comprometimento da segurança”** designa qualquer ato ou omissão, intencional ou acidental, do qual resulte comprometimento ou risco de comprometimento da Informação Classificada;
- c) **“Contrato Sigiloso”** designa qualquer ajuste, convênio ou acordo de cooperação cujo objeto ou execução implique no tratamento de Informações Classificadas;
- d) **“Habilitação Pessoal de Segurança”** na Espanha e "Credencial de Segurança" no Brasil designa a garantia por parte da Autoridade Nacional de Segurança de que uma pessoa atende aos requisitos para ter acesso à Informação Classificada, em conformidade com as respectivas legislações nacionais;
- e) **“Habilitação de Segurança de Estabelecimento”** na Espanha e **"Habilitação de Segurança"** no Brasil designa a garantia por parte da Autoridade Nacional de Segurança de que um órgão ou entidade possui, do ponto de vista da segurança, capacidade material e organizacional para produzir e gerir Informações Classificadas, em conformidade com as respectivas legislações nacionais;
- f) **“Informação Classificada”** designa qualquer informação ou material, independente de sua forma, natureza ou método de transmissão, que contenha dados que as Partes qualifiquem como Informação Classificada e que, conforme as respectivas legislações, seja marcada como tal;
- g) **“Instrução de Segurança de Projeto”** designa os procedimentos e medidas de segurança aplicáveis a um determinado projeto ou Contrato Sigiloso;
- h) **“Necessidade de Conhecer”** designa o princípio segundo o qual somente será dado acesso à Informação Classificada a uma pessoa que tenha necessidade comprovada de fazê-lo em razão de suas funções oficiais, com amparo no qual a informação foi transferida à Parte Receptora;
- i) **“Parte de Origem”** designa a Parte que transmite a Informação Classificada à outra Parte;

- j) **“Parte Receptora”** designa a Parte para a qual é transmitida a Informação Classificada;
- k) **“Terceira Parte”** designa qualquer organização internacional ou Estado que não seja Parte no presente Acordo;
- l) **“Tratamento”** designa a recepção, produção, reprodução, tradução, utilização, acesso, transporte, transmissão, distribuição, armazenamento e controle de Informações Classificadas.

Artigo 3

Autoridades Nacionais de Segurança

1. As Autoridades Nacionais de Segurança de cada Parte responsáveis pela aplicação e implementação do presente Acordo são:

Pela República Federativa do Brasil:

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR)

Pelo Reino da Espanha:

Secretário de Estado, Diretor do Centro Nacional de Inteligência (CNI).

2. As Autoridades Nacionais de Segurança informar-se-ão mutuamente sobre a respectiva legislação em vigor que regulamenta a segurança de Informações Classificadas.

3. Com vistas a assegurar uma estreita cooperação na aplicação do presente Acordo, as Autoridades Nacionais de Segurança poderão consultar-se sempre que solicitado por uma delas.

4. Representantes da Autoridade Nacional de Segurança de uma Parte poderão efetuar visitas aos estabelecimentos da Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte com a finalidade de conhecer procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Classificadas.

5. Se solicitado, as Partes, por meio das suas Autoridades Nacionais de Segurança, tendo em conta o respectivo Direito interno em vigor, colaborarão entre si no decurso dos procedimentos necessários ao Credenciamento de Segurança de suas pessoas físicas que tenham residido ou residam no território da outra Parte.

6. As Autoridades Nacionais de Segurança assegurarão que as pessoas físicas, órgãos e entidades credenciadas de seu país cumprirão as obrigações do presente Acordo.

Artigo 4
Graus de Classificação de Sigilo

1. As Partes acordam que os seguintes graus de sigilo são equivalentes:

República Federativa do Brasil (Português)	Reino da Espanha (Espanhol)
ULTRASSECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DIFUSIÓN LIMITADA

2. A Parte Receptora concederá à Informação Classificada recebida o grau de sigilo equivalente ao expressamente concedido pela Parte de Origem, em conformidade com o disposto no parágrafo 1 deste artigo.
3. A Parte Receptora não poderá reclassificar ou desclassificar a Informação Classificada recebida sem a prévia autorização escrita da Autoridade Nacional de Segurança da Parte de Origem.
4. A Parte de Origem informará à Parte Receptora sobre a reclassificação ou desclassificação da Informação Classificada transmitida.

Artigo 5
Tratamento da Informação Classificada

1. O acesso à Informação Classificada será limitado às pessoas que tenham Necessidade de Conhecer e que sejam possuidoras de uma Habilitação Pessoal de Segurança ou uma Credencial de Segurança.
2. As Partes reconhecerão reciprocamente as Credenciais de Segurança emitidas de acordo com a Legislação da outra Parte.
3. A Informação Classificada transmitida somente poderá ser utilizada para os fins para os quais foi transmitida.
4. As traduções e reproduções de Informações Classificadas serão efetuadas em conformidade com os seguintes procedimentos:
- a) os tradutores deverão estar credenciados no nível correspondente ao grau de sigilo da Informação Classificada a ser traduzida;
 - b) as traduções e reproduções deverão estar marcadas com o mesmo grau de sigilo da Informação Classificada original;
 - c) as traduções e reproduções serão controladas pelas Partes;

- d) as traduções deverão conter uma indicação apropriada, no idioma para o qual foram traduzidas, de que contêm Informação Classificada recebida da Parte de Origem; e
- e) o número de reproduções e cópias se limitará ao requerido para os fins oficiais.

5. Nenhuma Informação Classificada poderá ser destruída e deverá ser devolvida à Parte de Origem quando não mais for necessária.

6. A Informação Classificada marcada como ULTRASSECRETO no Brasil ou SECRETO na Espanha, somente poderá ser traduzida ou reproduzida mediante autorização escrita da Autoridade Nacional de Segurança da Parte de Origem.

Artigo 6

Transmissão entre as Partes

1. A Informação Classificada será transmitida entre as Partes por via diplomática ou pessoas físicas, órgãos ou entidades devidamente credenciados e autorizados pela Parte de Origem.

2. A Informação Classificada poderá ser transmitida por meio de sistemas de comunicação protegidos, redes ou outros meios eletromagnéticos aprovados por ambas as Partes.

3. A transmissão de Informação Classificada volumosa ou em grande quantidade será aprovada, em cada caso, por ambas as Autoridades Nacionais de Segurança.

4. A Autoridade Nacional de Segurança da Parte Receptora confirmará, por escrito, o recebimento de Informação Classificada.

5. A Parte Receptora não transmitirá Informação Classificada a uma Terceira Parte, ou a qualquer pessoa física, órgão ou entidade que tenha a nacionalidade de um terceiro Estado, sem autorização prévia, por escrito, da Parte de Origem.

Artigo 7

Contratos Sigilosos

1. No caso de Contratos Sigilosos celebrados ou a celebrar que prevejam a transmissão de Informações Classificadas será exigido o Credenciamento de Segurança dos contratantes pelas Autoridades Nacionais de Segurança das Partes.

2. Qualquer subcontratado também deverá ser credenciado, obrigando-se pela segurança das Informações Classificadas.

3. Os Contratos Sigilosos deverão conter cláusulas que contemplem os seguintes aspectos:

- a) identificação das Informações Classificadas;
- b) previsão de uma instrução de Segurança do Projeto que defina um conjunto de procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Classificadas;
- c) responsabilização pelos danos decorrentes de qualquer Comprometimento de Segurança;
- d) obrigação de informar qualquer Comprometimento de Segurança à sua Autoridade Nacional de Segurança;
- e) vedação de subcontratação total ou parcial do objeto sem expressa autorização do outro contratante;
- f) previsão dos canais de comunicação e meios para transmissão das Informações Classificadas;
- g) obrigação de que o contratado, seus empregados, gerentes ou representantes, mantenham o correspondente sigilo;
- h) necessidade de que as pessoas que terão acesso às Informações Classificadas, estejam identificadas; e
- i) responsabilização pelo não cumprimento dos procedimentos e medidas de segurança aplicáveis às Informações Classificadas.

4. Uma cópia do Contrato Sigiloso deverá ser remetida à Autoridade Nacional de Segurança da Parte onde o Contrato Sigiloso será cumprido para verificação do cumprimento das Cláusulas de Segurança.

Artigo 8 Visitas

1. As visitas que envolvam acesso à Informação Classificada por nacionais de uma Parte à outra Parte estarão sujeitas à autorização prévia, por escrito, das Autoridades Nacionais de Segurança.

2. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades Nacionais de Segurança com um prazo de antecedência mínimo de 30 (trinta) dias à data prevista para a visita.

3. As visitas serão autorizadas por uma Parte aos visitantes da outra Parte, somente se estes:

- a) possuírem Habilitação de Segurança ou Credencial de Segurança válida concedida pelo seu país de origem; e
- b) estiverem autorizados a receber ou a ter acesso à Informação Classificada fundamentado na Necessidade de Conhecer.

4. O pedido de visita será apresentado por intermédio das Autoridades Nacionais de Segurança, devendo incluir as seguintes informações:

- a) dados pessoais do visitante: nome e sobrenome, data e local de nascimento, nacionalidade, passaporte ou outra cédula de identidade;
- b) indicação do órgão ou da entidade à qual o visitante pertence;
- c) dados relacionados à visita: período da visita, objeto e propósito da visita, indicação da entidade que pretende visitar;
- d) indicação de um contato no órgão ou entidade que pretende visitar, com nome e sobrenome e número de telefone;
- e) indicação do grau de sigilo da informação que se pretende acessar; e
- f) certificação da posse de uma Habilitação de Segurança ou uma Credencial de Segurança do visitante, na qual conste o grau de sigilo, o prazo de validade e qualquer limitação que conste na mesma.

5. A Autoridade Nacional de Segurança do país anfitrião notificará a Autoridade Nacional de Segurança do país do visitante de sua decisão com um prazo de antecedência mínima de 10 (dez) dias à data prevista para a visita.

6. Uma vez autorizada a visita, a Autoridade Nacional de Segurança do país anfitrião enviará uma cópia do pedido de visita à entidade a ser visitada.

7. Nos casos de projetos ou contratos que exijam visitas recorrentes, poderão ser elaboradas listas das pessoas autorizadas. Tais listas não poderão ter validade superior a 12 (doze) meses.

Artigo 9

Comprometimento de Segurança

1. Em caso de Comprometimento de Segurança relacionado à Informação Classificada que envolva as Partes do presente Acordo, a Autoridade Nacional de Segurança da Parte onde ocorre o Comprometimento de Segurança informará, prontamente, a Autoridade Nacional de Segurança da outra Parte.

2. A Parte onde ocorre o Comprometimento de Segurança deverá investigar ou colaborar com a investigação do incidente e informar, tão logo possível à outra Parte, sobre o resultado da investigação e as medidas de correção aplicadas.

Artigo 10

Custos

1. O presente Acordo não prevê a geração de qualquer custo.
2. Caso ocorra algum custo, cada uma das Partes arcará com as suas próprias despesas decorrentes da aplicação e supervisão de todos os aspectos do presente Acordo, em conformidade com suas legislações.

Artigo 11

Solução de Controvérsias

1. Qualquer controvérsia sobre a interpretação ou a implementação do presente Acordo será resolvida por via diplomática com a participação das Autoridades Nacionais de Segurança.
2. Durante o período de resolução das controvérsias o Acordo deverá continuar sendo cumprido.

Artigo 12

Entrada em vigor

O presente Acordo entrará em vigor 30 (trinta dias) após a recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, informando que foram cumpridos os requisitos internos das Partes.

Artigo 13

Revisão

1. O presente Acordo poderá ser emendado com base no consentimento mútuo, por escrito, das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos do artigo 12 do presente Acordo.

Artigo 14

Vigência e Denúncia

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período indeterminado.
2. As Partes poderão, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo.

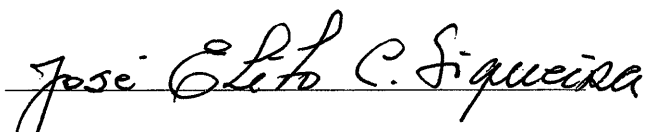
3. A denúncia deverá ser notificada por escrito e por via diplomática com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência.

4. Não obstante a denúncia, toda Informação Classificada trocada em virtude do presente Acordo continuará a ser protegida em conformidade com as disposições do mesmo, até que a Parte de Origem dispense a Parte Receptora dessa obrigação.

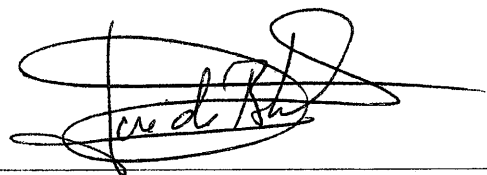
Em fé do que, os representantes devidamente autorizados por seus respectivos governos, assinam este Acordo, em Brasília, no dia 15 do mês de abril do ano de 2015, em duas vias originais, nas versões em língua portuguesa e espanhola, sendo ambas igualmente autênticas.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PELO REINO DA ESPANHA



General de Exército José Elito Carvalho Siqueira
Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança
Institucional da Presidência da República



D. José de Blas Jiménez
Diretor do Escritório Nacional de Segurança

**ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL Y EL REINO DE
ESPAÑA RELATIVO AL INTERCAMBIO Y LA PROTECCIÓN MUTUA DE LA
INFORMACIÓN CLASIFICADA**

La República Federativa de Brasil

y

El Reino de España
En lo sucesivo denominados las "Partes",

Reconociendo la necesidad de garantizar la seguridad de la Información Clasificada intercambiada en el ámbito de instrumentos de cooperación o contratos celebrados entre las mismas, sus personas físicas, órganos o entidades acreditadas;

Deseando establecer un conjunto de reglas y procedimientos sobre seguridad de la Información Clasificada de conformidad con el ordenamiento jurídico del Reino de España y la República Federativa de Brasil;

Han convenido en lo siguiente:

ARTÍCULO 1

Objeto y ámbito de aplicación

1. El presente Acuerdo establece reglas y procedimientos para la seguridad de la Información Clasificada intercambiada entre las Partes, sus personas físicas, órganos o entidades acreditadas.
2. Ninguna de las Partes podrá invocar el presente Acuerdo con el fin de obtener Información Clasificada que la otra Parte haya recibido de una Tercera Parte.

ARTÍCULO 2

Definiciones

A los efectos del presente Acuerdo:

- a) Por "**Autoridad Nacional de Seguridad – ANS**" se entenderá la autoridad designada por la Parte para la aplicación del presente Acuerdo;
- b) Por "**Comprometimiento de la Seguridad**" se entenderá cualquier acto o

omisión, intencional o accidental, del que resulte la puesta en peligro o el riesgo de que se ponga en peligro la Información Clasificada;

- c) Por "**Contrato Clasificado**" se entenderá cualquier contrato, convenio o acuerdo de cooperación cuyo objeto o ejecución implique el Tratamiento de Información Clasificada;
- d) Por "**Habilitación Personal de Seguridad**" en España y "Credencial de Seguridad" en Brasil, se entenderá la determinación por parte de la Autoridad Nacional de Seguridad de que una persona cumple los requisitos para tener acceso a la Información Clasificada, de conformidad con las respectivas leyes y reglamentos nacionales;
- e) Por "**Habilitación de Seguridad de Establecimiento**" en España y "**Habilitación de Seguridad**" en Brasil se entenderá la determinación por la Autoridad Nacional de Seguridad de que un establecimiento posee, desde el punto de vista de la seguridad, la capacidad material y organizativa para generar y gestionar Información Clasificada, de conformidad con las respectivas leyes y reglamentos nacionales;
- f) Por "**Información Clasificada**" se entenderá cualquier información o material, con independencia de su forma, naturaleza o método de transmisión, que contenga datos que las Partes califiquen de Información Clasificada y que, conforme a las leyes y reglamentos de cualquiera de ellas, sea marcada como tal;
- g) Por "**Instrucción de Seguridad del Proyecto**" se entenderá el conjunto de procedimientos y medidas de seguridad aplicables a un determinado proyecto o Contrato Clasificado;
- h) Por "**Necesidad de Conocer**" se entenderá el principio conforme al cual sólo se permitirá acceder a Información Clasificada a una persona que tenga la necesidad acreditada de hacerlo en relación con sus funciones oficiales, en el marco de las cuales se cedió la información a la Parte Receptora;
- i) Por "**Parte de Origen**" se entenderá la Parte que transmite la Información Clasificada a la otra Parte;
- j) Por "**Parte Receptora**" se entenderá la Parte a la que se transmite la Información Clasificada;
- k) Por "**Tercera Parte**" se entenderá cualquier organización internacional o Estado que no sea Parte en el presente Acuerdo;
- l) Por "**Tratamiento**" se entenderá la recepción, producción, reproducción, traducción, utilización, acceso, transporte, transmisión, distribución, almacenamiento y control de la Información Clasificada;

ARTÍCULO 3

Autoridades Nacionales de Seguridad

1. Las Autoridades Nacionales de Seguridad de cada Parte responsables de la aplicación e implementación del presente acuerdo son:

Por la República Federativa de Brasil:

Ministro Jefe del Gabinete de Seguridad Institucional de la Presidencia de la República (GSIPR)

Por el Reino de España:

Secretario de Estado, Director del Centro Nacional de Inteligencia (CNI)

2. Las Autoridades Nacionales de Seguridad se informarán mutuamente sobre la legislación en vigor respectiva que regula la seguridad de la Información Clasificada.

3. Con la finalidad de garantizar una estrecha cooperación en cuanto a la aplicación del presente Acuerdo, las Autoridades Nacionales de Seguridad podrán consultarse siempre que lo solicite una de ellas.

4. Los representantes de la Autoridad Nacional de Seguridad de una de las Partes podrán efectuar visitas a los establecimientos de la Autoridad Nacional de Seguridad de la otra Parte con el fin de conocer los procedimientos y las medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada.

5. Previa solicitud, las Partes, a través de sus Autoridades Nacionales de Seguridad, y teniendo en cuenta el Derecho interno en vigor respectivo, colaborarán mutuamente durante los procedimientos necesarios para la habilitación de seguridad de sus ciudadanos residentes o que hayan residido en el territorio de la otra Parte.

6. Las Autoridades Nacionales de Seguridad se asegurarán de que las personas físicas, órganos o entidades habilitadas de su país cumplan las obligaciones del presente Acuerdo.

ARTÍCULO 4

Clasificaciones de Seguridad

1. Las Partes acuerdan la siguiente equivalencia entre los niveles de clasificación:

República Federativa de Brasil (Português)	Reino de España (Español)
ULTRASSECRETO	SECRETO
SECRETO	RESERVADO
	CONFIDENCIAL
RESERVADO	DIFUSIÓN LIMITADA

2. La Parte Receptora concederá a la Información Clasificada recibida el nivel de clasificación equivalente al expresamente asignado por la Parte de Origen, de conformidad con lo dispuesto en el número 1.

3. La Parte Receptora no podrá reclasificar o desclasificar la Información Clasificada recibida sin la autorización escrita previa de la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte de Origen.

4. La Parte de Origen informará a la Parte Receptora de la reclasificación o desclasificación de la Información Clasificada transmitida.

ARTÍCULO 5

Tratamiento de la información clasificada

1. El acceso a la Información Clasificada estará limitado a las personas que tengan necesidad de conocer y que estén en posesión de una Habilitación Personal de Seguridad o Credencial de Seguridad.

2. Las Partes se reconocerán recíprocamente los certificados de seguridad expedidos conforme a la legislación de la otra Parte.

3. La Información Clasificada transmitida sólo podrá utilizarse para los fines para los que fue transmitida.

4. Las traducciones y reproducciones de la Información Clasificada se realizarán con arreglo a los siguientes procedimientos:

- a) los traductores deberán estar habilitados al nivel correspondiente de clasificación de la Información Clasificada que se vaya a traducir;
- b) las traducciones y reproducciones deberán estar marcadas con la misma clasificación que la Información Clasificada original;
- c) las traducciones y reproducciones serán controladas por las Partes;
- d) las traducciones deberán contener una indicación apropiada, en la lengua a la que se hayan traducido, de que contienen Información Clasificada recibida de la Parte de Origen;
- e) el número de reproducciones o copias se limitará al requerido para fines oficiales

5. Ninguna Información Clasificada podrá ser destruida y deberá ser devuelta a la Parte de Origen cuando no sea necesaria.

6. La Información Clasificada marcada como SECRETO en España / ULTRASSECRETO en Brasil solamente podrá ser traducida o reproducida mediante autorización escrita de la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte de Origen.

ARTÍCULO 6

Transmisión entre las Partes

1. La Información Clasificada se transmitirá entre las Partes por conducto diplomático

o a través de personas físicas, órganos o entidades debidamente habilitados y autorizados por la Parte de Origen.

2. Se podrá transmitir Información Clasificada a través de sistemas de comunicaciones protegidos, redes u otros medios electromagnéticos aprobados por ambas Partes.

3. La transmisión de Información Clasificada voluminosa o en grandes cantidades será aprobada, en cada caso, por ambas Autoridades Nacionales de Seguridad.

4. La Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte Receptora confirmará, por escrito, la recepción de la Información Clasificada.

5. La Parte Receptora no transmitirá Información Clasificada a ninguna Tercera Parte ni a persona física, órgano o entidad alguna que tenga la nacionalidad de un tercer Estado, sin autorización previa, por escrito, de la Parte de Origen.

ARTÍCULO 7

Contratos Clasificados

1. En el caso de Contratos Clasificados, celebrados o que se prevea celebrar, que impliquen transmisión de Información Clasificada, se exigirá la habilitación de seguridad de los contratistas por las Autoridades Nacionales de Seguridad de las Partes.

2. Todo subcontratista deberá también estar habilitado, comprometiéndose a proteger la Información Clasificada.

3. Todo Contrato Clasificado deberá contener unas cláusulas que contemplen los siguientes aspectos:

- a) identificación de la Información Clasificada;
- b) una Instrucción de Seguridad del Proyecto que defina el conjunto de procedimientos y medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada;
- c) responsabilidades por los daños derivados de cualquier Comprometimiento de la Seguridad;
- d) obligación de informar de cualquier Comprometimiento de la Seguridad a su Autoridad Nacional de Seguridad;
- e) prohibición de subcontratar total o parcialmente sin la expresa autorización del otro contratante;
- f) previsión de los canales de comunicación o de los medios para la transmisión de la Información Clasificada;
- g) obligación de que el contratista, sus empleados, directivos o representantes mantengan la confidencialidad correspondiente;
- h) necesidad de que las personas que tengan acceso a la Información Clasificada estén identificadas;

- i) responsabilidades por el incumplimiento de los procedimientos y medidas de seguridad aplicables a la Información Clasificada.

4. Deberá remitirse una copia de cada Contrato Clasificado a la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte donde vaya a ejecutarse el contrato clasificado, con el fin de verificar el cumplimiento de las Cláusulas de Seguridad.

ARTÍCULO 8

Visitas

1. Las visitas de nacionales de una Parte a la otra Parte, que impliquen acceso a Información Clasificada, estarán sujetas a autorización previa, por escrito, de las Autoridades Nacionales de Seguridad.

2. La solicitud de visita se presentará a través de las Autoridades Nacionales de Seguridad con una antelación mínima de treinta (30) días respecto de la fecha prevista para la visita.

3. Cada Parte autorizará las visitas de los visitantes de la otra Parte únicamente cuando éstos:

- a) estén en posesión de una Habilitación de Seguridad o Credencial de Seguridad válida concedida por su país de origen; y
- b) estén autorizados a recibir o tener acceso a Información Clasificada en virtud de una necesidad de conocer.

4. La solicitud de visita se presentará a través de las Autoridades Nacionales de Seguridad, debiendo incluir la siguiente información:

- a) datos personales del visitante: nombre y apellidos, fecha y lugar de nacimiento, nacionalidad, número de pasaporte o otro documento de identidad;
- b) indicación del órgano o entidad a que pertenece el visitante;
- c) datos relacionados con la visita: periodo de la visita, objeto y propósito de la misma, indicación de la entidad que se desea visitar;
- d) indicación de un contacto en el órgano o entidad que se desea visitar, con nombre, apellido y número de teléfono;
- e) indicación del nivel de clasificación de la información a la que se desea acceder;
- f) certificación de la tenencia de una Habilitación de Seguridad o Credencial de Seguridad del visitante, en la que figure el nivel de clasificación, el plazo de validez y cualquier limitación que conste en la misma.

5. La Autoridad Nacional de Seguridad del país anfitrión notificará su decisión a la Autoridad Nacional de Seguridad del país del visitante con una antelación mínima de diez (10) días respecto de la fecha prevista para la visita.

6. Una vez que haya sido autorizada la visita, la Autoridad Nacional de Seguridad del país anfitrión remitirá una copia de la solicitud de visita a la entidad que vaya a ser visitada.

7. En caso de proyectos o contratos que exijan visitas periódicas, podrán elaborarse listas de personas autorizadas. Dichas listas no podrán tener una validez superior a doce (12) meses.

ARTÍCULO 9

Comprometimiento de la Seguridad

1. En el caso de un Comprometimiento de la Seguridad relacionada con la Información Clasificada que afecte a las Partes en el presente Acuerdo, la Autoridad Nacional de Seguridad de la Parte donde se haya producido el Comprometimiento de la Seguridad informará inmediatamente a la Autoridad Nacional de Seguridad de la otra Parte.

2. La Parte donde se haya producido el Comprometimiento de la Seguridad deberá investigar o colaborar en la investigación del incidente e informar tan pronto como sea posible a la otra Parte sobre el resultado de la investigación y las medidas correctivas aplicadas.

ARTÍCULO 10

Gastos

1. El presente acuerdo no prevé la generación de gasto alguno.

2. Si se produce algún gasto, cada Parte sufragará sus propios gastos derivados de la aplicación y supervisión de todos los aspectos del presente Acuerdo, de conformidad con sus leyes y reglamentos nacionales.

ARTÍCULO 11

Resolución de Controversias

1. Cualquier controversia sobre la interpretación o aplicación del presente Acuerdo se resolverá por conducto diplomático con la participación de las Autoridades Nacionales de Seguridad.

2. El Acuerdo deberá continuar cumpliéndose durante el periodo de resolución de las controversias.

ARTÍCULO 12

Entrada en vigor

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última notificación por escrito y por conducto diplomático, por la que se comunique el cumplimiento de los requisitos del derecho interno de ambas Partes.

ARTÍCULO 13

Revisión

1. El presente Acuerdo podrá ser revisado con el consentimiento mutuo, por escrito, de ambas Partes.
2. Las enmiendas entrarán en vigor con arreglo a lo dispuesto en el artículo 12 del presente Acuerdo.

ARTÍCULO 14


Vigencia y denuncia

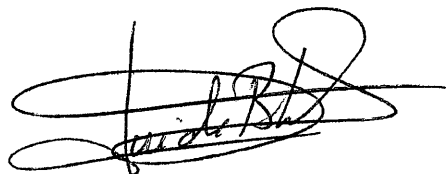
1. El presente Acuerdo se concluye por un periodo de tiempo indefinido.
2. Cada una de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo en cualquier momento.
3. La denuncia deberá notificarse por escrito y por conducto diplomático con un mínimo de seis (6) meses de antelación.
4. No obstante la denuncia, toda la Información Clasificada transmitida en virtud del presente Acuerdo seguirá protegida de conformidad con las disposiciones establecidas en el mismo, hasta que la Parte de Origen exima a la Parte Receptora de esa obligación.

En fe de lo cual, los representantes debidamente autorizados por sus respectivos Gobiernos, firman el presente Acuerdo en Brasilia, el día 15 de mes de abril de año 2015, en dos originales, en español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

POR LA REPÚBLICA FEDERATIVA
DE BRASIL

POR EL REINO DE ESPAÑA


General de Ejército José Elito Carvalho Siqueira
Ministro de Estado Jefe del Gabinete de Seguridad
Institucional de la Presidencia da la República



D. José de Blas Jiménez
Director de la Oficina Nacional
de la Seguridad